

Brasil METAL



INTERNACIONAL

Ano XI Nº 396
19 de janeiro de 2011
Índice

Aumentar os juros é frear o desenvolvimento do país	01
USW quer intervenção do Governo	02
Volkswagen resiste em aumentar salários em 6%	02
UNI e CUT ressaltam importância da união dos trabalhadores	03
A luta de classes política nos Estados Unidos	04

Aumentar os juros é frear o desenvolvimento do país

Em nota desta segunda-feira, dia 17, o secretário-geral da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, João Cayres, defende a redução dos juros como caminho para o desenvolvimento, emprego e renda.

Teremos nesta terça e quarta a primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que, segundo os analistas, deve aumentar a taxa básica de juros (Selic) dos atuais 10,75% para 11,25%.

O argumento para a medida é que se trata de uma ação para conter as pressões inflacionárias, em função de reajuste das despesas escolares e pagamentos como IPTU e IPVA.



Para a **Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT** trata-se de um golpe duro para os trabalhadores e a economia do país, que fechou o ano de forma aquecida e em alta. Aumentar os juros só beneficia os banqueiros, que gostam de ganhar dinheiro ao explorar duas vertentes: a especulação em papéis da dívida pública e as cobranças abusivas praticadas junto aos trabalhadores na cobrança de empréstimos, cheque especial e outros serviços bancários.

Para conter a inflação, é necessária também uma fiscalização mais rigorosa sobre alguns setores. Os produtores de carne nunca venderam tanto e, percebendo isso, subiram os preços assustadoramente nos últimos meses, colocando a culpa nos custos da alimentação do gado. Esse tipo de aumento abusivo é algo nocivo para a economia e que precisa ser melhor avaliado.

O aumento da taxa Selic elevará substancialmente a dívida pública e reduzirá os investimentos do governo. O economista Amir Khair afirma que se a taxa chegar a 11,75% até o final deste ano, o Brasil gastará R\$ 40 bilhões a mais com a rolagem da dívida. O equivalente a três vezes o valor que o governo gasta em um ano com o Bolsa Família!

Acreditamos ser possível crescer sem a necessidade de prejudicar aqueles que são os principais responsáveis pelo sucesso que o Brasil vive hoje: os trabalhadores. A redução dos juros aumenta o investimento produtivo e é este o caminho que defendemos.

O desenvolvimento do país está muito acima do que apenas ter uma meta de inflação. Precisamos gerar desenvolvimento, emprego e renda. E como a própria presidenta Dilma afirmou em sua posse, temos que lutar pelo fim da miséria em nosso país. Diminuir os juros é um passo importante neste sentido. *(João Cayres - secretário-geral da CNM/CUT)*

Banco Central subiu os juros

Confirmando as previsões, o Banco Central subiu os juros na primeira reunião do ano, a primeira reunião do governo Dilma Rousseff. A taxa passou para 11,25%. Foi a primeira alta depois de seis meses e é a maior taxa em dois anos.

Diante da Intransigência da Vale no Canadá

USW quer intervenção do Governo

Existe uma necessidade premente para o governo de Newfoundland e Labrador cumprir com suas responsabilidades e colocar um fim na greve de 18 meses já da mina de Voisey's Bay disse a USW, o sindicato dos trabalhadores siderúrgicos do Canadá.

"A necessidade da ação governamental é agora inegável", disse Boyd Bussey, porta-voz do USW, depois que os trabalhadores votaram a favor do acordo proposto pela Industrial Inquiry Commission da província.

"O governo nomeou a comissão para tentar ajudar na resolução da disputa", disse Bussey. "Os especialistas da Comissão fizeram o que puderam para ajudar o USW e a Vale a alcançarem um acordo".

A Comissão nomeada pelo governo enviou um relatório preliminar com suas propostas para as duas partes em dezembro passado, e neste 7 de janeiro ela o tornou público.

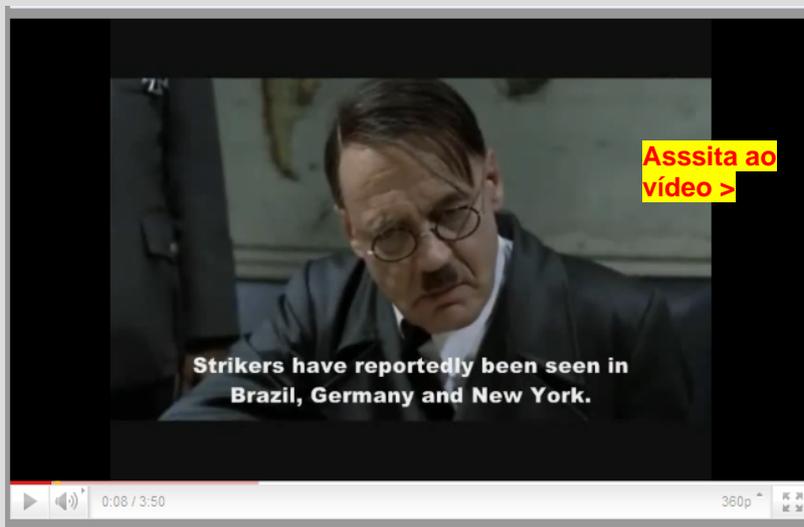
A Vale, no dia 8, emitiu uma nota em que diz "discordar nas conclusões gerais e na direção" que o relatório aponta. "Como uma observação geral as recomendações foram feitas sem o benefício de uma completa investigação de todas as questões contidas nos termos de referencia da comissão", argumentou a Vale.

Para o sindicato, "a comissão confirma que o USW fez repetidamente "compromissos significativos" na tentativa de alcançar um acordo". E "a comissão deixou claro que a Vale manteve um enfoque que não contemplava qualquer compromisso".

O argumento da Vale de que ela quer resolver a greve foi claramente refutado pelo relatório, que declara "(Vale) mantém a posição que deseja concluir um acordo coletivo, mas as suas ações e reações trazem a mensagem oposta".

O sindicato lembra que o informe diz "que a Vale não tem pressa nenhuma em resolver a disputa porque ela trouxe fura-greves para Voisey's Bay".

O USW publicou um anuncio de página inteira no jornal St. John's Telegram no sábado passado pedindo a intervenção do governo.



O vídeo satirico "O presidente da Vale INCO Fuhrer Roger perde a luta pela dominação dos trabalhadores" ganhou o terceiro colocação no concurso promovido entre as produções sindicais pelo LabourStart.

Alemanha

Volkswagen resiste em aumentar salários em 6%

A montadora alemã está resistindo á proposta de 6% de aumento para os seus cem mil trabalhadores. A proposta foi apresentada pelo IG Metall nesta semana na primeira rodada de negociações salariais.

O porta-voz do sindicato alemão, Uwe Stoffregen, disse que a proposta é plenamente justificada diante do significativo aumento das vendas da empresa. "Nós estamos indo para a mesa de negociações com muita autoconfiança", ele disse.

A proposta da empresa é de um aumento de 2,7%, conforme acordado em fevereiro de 2009, em plena crise automobilística.

UNI e CUT ressaltam importância da união dos trabalhadores

Brasil está entre os países em que organização pretende ampliar a atuação para aprofundar a luta por condições dignas de trabalho

Organizar trabalhadores, fortalecer os sindicatos filiados e negociar direitos. Esses são os eixos do programa Rompendo Barreiros que a United Network International (UNI) deseja aprofundar no Brasil, Rússia, Índia, China, Turquia e em nações do continente asiático.

A entidade com sede em Nyon, na Suíça, representa mais de 20 milhões de trabalhadores dos setores de telecomunicações, serviços, serviços gráficos e entretenimento em cerca de 150 países no mundo.

De acordo com o brasileiro Marcio Monzane, diretor da UNI na América Latina para as áreas de finanças e comércio, a entidade atua em parceria com os sindicatos, federações e confederações locais para negociar com as multinacionais normas que levem em conta critérios definidos por entidades como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Atuamos ao lado dos trabalhadores para garantir acordos macros que tenham como princípio o direito à negociação coletiva, à liberdade sindical e que garantam melhor condição de vida", disse.

Plataforma unificada: Segundo Monzane, a organização já conseguiu firmar acordos com multinacionais como Wal Mart, Santander, Telefonica, no caso dessa última inclusive com proteção aos terceirizados, além de atuar na organização dos trabalhadores em setores importantes de China, Índia e África.

Apesar das normas serem extensivas a todos os países onde as companhias atuam, em nenhum caso foi possível ainda concretizar a negociação com uma empresa de origem latino americana. A primeira deve ser justamente uma brasileira, o Banco do Brasil. "Acredito que até o meio do ano tenhamos concluído as discussões, facilitadas pelo fato do banco estar ligado a um governo progressista, que respeita o direito do trabalhador", aponta.

Para o dirigente, um dos principais problemas para construir acordos unificados é o fato de um mesmo ramo ser representado por diferentes centrais e sindicatos.

Porém, o crescimento econômico e a ampliação de vagas e de empregos com carteira assinada exige superar essas diferenças para definir um plano de lutas conjunto. "Temos um Comitê de Enlace no Brasil formado por todos os sindicatos filiados a nós e que estão ligados à CUT, UGT e Força Sindical. Devemos estabelecer um plano de ação para os próximos 10 anos que tenha como meta apoiar federações e sindicatos para que cresçam e ajudem também a incluir setores não tradicionais, como os terceirizados, a conquistarem mais direitos", avalia Monzane.

Dentro desse plano será contemplada ainda a discussão sobre a atividade informal dos trabalhadores envolvidos nos projetos da Copa do Mundo e das Olimpíadas que o país sediará nos próximos anos. Isso inclui os atletas. "A maioria dos atletas amadores tem apenas o patrocínio, não possui um contrato profissional, especialmente na área do atletismo, e isso não é ideal. A situação piora ainda mais quando não são profissionais de destaque ou iniciantes. Esse também faz parte da nossa pauta", define. (CUT, 19.01.2011)

Efetivação de trabalhador indica que emprego segue firme

Depois de um ano recorde de contratações, que terminou com um saldo de 2,5 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, a perspectiva é de que o emprego continue firme em 2011, especialmente na indústria. Só a Zona Franca de Manaus, que reúne a maioria dos fabricantes de eletroeletrônicos e motocicletas, além de produtos químicos, vai efetivar cerca de 7 mil trabalhadores temporários. Eles foram contratados a partir de outubro para incrementar a produção de fim de ano.

"Até o fim deste mês, 80% dos trabalhadores temporários serão aproveitados. No ano passado, foram efetivados perto de 5 mil trabalhadores e o índice de aproveitamento de temporários foi bem menor, entre 40% e 50%", afirma o presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Eletroeletrônicos de Manaus, Wilson Périco.

O empresário explica que a maioria dos trabalhadores temporários que serão efetivados está no setor eletroeletrônico e que o aumento do emprego reflete a demanda "bastante aquecida" neste início de ano, especialmente por televisores. "Como as vendas de Natal superaram as expectativas, os estoques de produtos acabados caíram no varejo e agora estão sendo repostos."

Pelo segundo ano consecutivo, a coreana Samsung vai contratar a totalidade dos trabalhadores temporários, conta o vice-presidente de Novos Negócios da empresa, Benjamin Sicsú. São perto de 800 trabalhadores que serão efetivados. O executivo pondera que nem sempre é o mesmo trabalhador que vai ocupar a vaga, por questões de qualificação e perfil. Mas o total dos postos temporários será transformado em empregos efetivos. (Agência Estado, 19.01.2011)

A luta de classes política nos Estados Unidos

O nível de corrupção política nos Estados Unidos é assombroso. Agora tudo gira em torno do dinheiro para as campanhas eleitorais que se tornaram incrivelmente caras. As eleições da metade do mandato tiveram um custo estimado de US\$ 4,5 bilhões, e a maior parte desse dinheiro veio de grandes empresas e contribuintes ricos. Estas forças poderosas, muitas das quais operando de forma anônima sob as leis dos EUA, trabalham sem descanso para defender aqueles que se encontram no topo da pirâmide da riqueza. O artigo é de Jeffrey Sachs.

Jeffrey Sachs - SinPermiso

Os Estados Unidos estão em rota de colisão consigo mesmo. O acordo firmado em dezembro entre o presidente Barack Obama e os republicanos no Congresso para manter os cortes de impostos iniciados há uma década pelo presidente George W. Bush está sendo saudado como o começo de um novo consenso bipartidário. Creio, ao contrário, que é uma falsa trégua naquilo que será uma batalha campal pela alma da política estadunidense.



Do mesmo modo que ocorre em muitos países, os conflitos sobre a moral pública e a estratégia nacional se reduzem a questões envolvendo dinheiro. Nos Estados Unidos, isso é mais certo do que nunca. O país tem um déficit orçamentário anual ao redor de US\$ 1 trilhão, que pode aumentar ainda mais como resultado de um novo acordo tributário. Esse nível de endividamento anual é demasiadamente alto. É preciso reduzi-lo, mas como?

O problema é a política corrupta e a perda de moral cívica dos EUA. Um partido político, o Republicano, aposta em pouco mais do que reduzir os impostos, objetivo que coloca acima de qualquer outro. Os democratas têm um leque mais amplo de interesses, como o apoio ao serviço de saúde, a educação, a formação e a infraestrutura. Mas, como os republicanos, também estão interessados em presentear com profusão cortes de impostos para seus grandes contribuintes de campanha, entre os quais predominam os estadunidenses ricos.

O resultado é um paradoxo perigoso. O déficit orçamentário dos EUA é enorme e insustentável. Os pobres são espremidos pelos cortes nos programas sociais e um mercado de trabalho fraco. Um em cada oito estadunidenses depende de cartões de alimentação para comer. No entanto, apesar deste quadro, um partido político quer acabar com as receitas tributárias por completo, e o outro se vê arrastado facilmente, contra seus melhores instintos, na tentativa de manter contentes seus contribuintes ricos.

Este frenesi de cortes de impostos vem, incrivelmente, depois de três décadas de um regime tributário de elite nos EUA, que favoreceu os ricos e poderosos. Desde que Ronald Reagan assumiu a presidência em 1981, o sistema orçamentário dos Estados Unidos se orientou para apoiar a acumulação de uma imensa riqueza no topo da pirâmide da distribuição de renda. Surpreendentemente, o 1% mais rico dos lares estadunidenses tem agora um valor mais alto que o dos 90% que estão abaixo. A receita anual dos 12 mil lares mais ricos é maior que o dos 24 milhões de lares mais pobres.

O verdadeiro jogo do Partido Republicano é tratar de fixar em seu lugar essa vantagem de receitas e riquezas. Temem, corretamente, que cedo ou tarde todo o mundo comece a exigir que o déficit orçamentário seja atacado, em parte, elevando os impostos para os ricos. Depois de tudo o que ocorreu, os ricos vivem melhor do que nunca, enquanto que o resto da sociedade estadunidense está sofrendo. Tem todo sentido aplicar mais impostos aos mais ricos. >>>

>>> A luta de classes política nos Estados Unidos

Os republicanos se propõem a evitar isso a qualquer custo. Até aqui tiveram êxito. Mas querem fazer com que sua vitória tática – que propõe o reestabelecimento das taxas tributárias anteriores a Bush por dois anos – seja seguida por uma vitória de longo prazo na próxima primavera. Seus líderes no Congresso já estão dizendo que vão cortar o gasto público a fim de começar a reduzir o déficit.

Ironicamente, há um âmbito onde certamente se justifica fazer grandes cortes orçamentários: as forças armadas. Mas esse é o tema que a maioria dos republicanos não vai tocar. Querem cortar o orçamento não mediante o fim da inútil guerra no Afeganistão e a eliminação dos sistemas de armas desnecessários, mas sim cortando recursos da educação, da saúde e de outros benefícios da classe pobre e trabalhadora.

Ao final, não creio que o consigam. No momento, a maioria dos estadunidenses parece estar de acordo com os argumentos republicanos de que é melhor diminuir o déficit orçamentário mediante cortes de gastos ao invés de aumento de impostos. No entanto, quando chegar a hora de fazer propostas orçamentárias reais, haverá uma reação cada vez maior.

Prevejo que, empurrados contra a parede, os estadunidenses pobres e da classe trabalhadora começarão a se manifestar por justiça social.

Isso pode levar tempo. O nível de corrupção política nos Estados Unidos é assombroso. Agora tudo gira em torno do dinheiro para as campanhas eleitorais que se tornaram incrivelmente caras. As eleições da metade do mandato tiveram um custo estimado de US\$ 4,5 bilhões, e a maior parte desse dinheiro veio de grandes empresas e contribuintes ricos. Estas forças poderosas, muitas das quais operando de forma anônima sob as leis dos EUA, trabalham sem descanso para defender aqueles que se encontram no topo da pirâmide da riqueza.

Mas não nos equivoquemos: ambos partidos estão implicados. Já se fala que Obama vai arrecadar US\$ 1 bilhão ou mais para sua campanha de reeleição. Esta soma não virá dos pobres.

O problema para os ricos é que, tirando os gastos militares, não há mais espaço para cortar o orçamento do que em áreas de apoio básico para a classe pobre e trabalhadora. Os EUA realmente vão cortar os auxílios de saúde e as aposentadorias? O orçamento será equilibrado reduzindo-se o gasto em educação, no momento que os estudantes dos EUA já estão sendo superados por seus colegas da Ásia? Os EUA vão, de fato, permitir que sua infraestrutura pública siga se deteriorando? Os ricos tratarão de impulsionar esse programa, mas ao final fracassarão.

Obama chegou a poder com a promessa de mudança. Até agora não fez nenhuma. Seu governo está cheio de banqueiros de Wall Street. Seus altos funcionários acabam indo se unir aos bancos, como fez recentemente seu diretor de orçamento, Peter Orszag. Está sempre disposto a atender os interesses dos ricos e poderosos, sem traçar uma linha na areia, sem limites ao “toma lá, dá cá”.

Se isso seguir assim, surgirá um terceiro partido, comprometido com a limpeza da política estadunidense e a restauração de uma medida de decência e justiça. Isso também levará um tempo. O sistema político está profundamente ligado aos dois partidos no poder. No entanto, o tempo da mudança virá. Os republicanos acreditam que têm a vantagem e podem seguir pervertendo o sistema para favorecer os ricos. Creio que os acontecimentos futuros demonstrarão o quanto estão equivocados.

(*) Jeffrey Sachs é professor de Economia e Diretor do Earth Institute da Universidade de Columbia. Também é assessor especial do secretário geral das Nações Unidas sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio. *(Traduzido do inglês para www.project-syndicate.org por David Meléndes Tormen) (Tradução Katarina Peixoto) (Carta Maior, 05.01.2011)*